

DIREITOS HUMANOS E GÊNERO NO PROJETO PEDAGÓGICO DO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Marília Neri Matos¹
Thalita Maria Araújo Soares Brandão²
Sônia Maria da Rocha Sampaio³

1 Universidade Federal da Bahia, e-mail: marilianeri@gmail.com
2 Universidade Federal da Bahia, e-mail: litta.araujo13@gmail.com
3 Universidade Federal da Bahia, e-mail: sonia.sampaio@terra.com.br

Resumo

Este trabalho deriva de uma pesquisa em andamento e tem por objetivo a análise do projeto pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tomando como referência as temáticas contemporâneas de gênero. Essa análise dialoga com a importância do debate sobre os direitos humanos no ensino superior e a centralidade da discussão sobre gênero na formação dos estudantes do campo da saúde, com impactos em diferentes esferas da sua trajetória de vida. A produção dos dados dessa pesquisa resultou da análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de entrevistas com duas docentes que, em momentos distintos, participaram da criação e revisão deste PPC. Os resultados apontam para uma formação ampla e que contempla as diversidades, como preconiza a educação para os direitos humanos, mas identificamos que os conceitos utilizados no corpo do texto do PPC não atendem às concepções mais recentes ligadas à temática do gênero. Apesar do projeto pedagógico prever uma formação integral com foco no combate à discriminação e o respeito à diversidade, o texto do projeto exige modificações conceituais importantes que irão impactar nas práticas docentes ao longo dos anos de formação dos estudantes. Assim, conclui-se que, apesar da existência do debate sobre gênero nos contextos universitários, o PPC do BIS carece de revisões, bem como a inserção de uma discussão mais aprofundada sobre os direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino Superior, Projeto Pedagógico, Bacharelado Interdisciplinar em saúde, Direitos Humanos, Gênero.

Introdução

O presente trabalho propõe uma investigação sobre as temáticas de gênero e educação em direitos humanos no projeto pedagógico do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) do Centro de Ciências em Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Essa pesquisa deriva de um projeto de doutoramento em andamento sobre o acesso, inserção e permanência de pessoas transgênero na UFRB.

O nível superior do ensino deve se constituir como um espaço privilegiado de liberdade no qual se desenvolvem e frutificam discursos diversos e produção de novos saberes e tecnologias. Um dos focos principais do ensino superior é incentivar a reflexão e a construção dialógica de compreensões em um mundo dinâmico e em franca transformação. Para além do preparo para a formação profissional, a atividade acadêmica desenvolveria nos estudantes um contato direto com diferentes realidades e experiências, teorias e práticas que influenciem a maneira de apreender o mundo, a sociedade e os indivíduos (FERRARINI; CAMARGO, 2012).

Infelizmente, o contexto acadêmico parece ainda não ter como foco o desenvolvimento integral das pessoas, centrando sua atuação em torno da formação profissional. Dessa forma, o ensino superior pode ser um espaço restritivo, pautado exclusivamente pela atribuição de um diploma e dos saberes e técnicas relacionados a uma dada profissão (LEITE, 2016) sem se ocupar da formação humanística da juventude.

Ao questionar esse modelo profissionalizante da educação superior queremos desenvolver, nos contextos das instituições, espaços de reflexão e construção de conhecimento, para agregar ao projeto educativo os princípios da educação em direitos humanos, superando o padrão de consumo e de mercado, desenvolvendo fundamentos voltados para o respeito e a solidariedade com o outro e, conseqüentemente, de justiça social (SILVA, 2013).

No Brasil, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (BRASIL, 2007a) preconiza a importância dos compromissos históricos da universidade com a sociedade. Assim, o PNEDH incentiva ações interdisciplinares que atuem no desenvolvimento de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, construindo um diálogo entre as áreas de conhecimento.

Ao preconizar que todos devem ser tratados como iguais, o debate sobre os direitos humanos agrega as temáticas de gênero e sexualidade. Considerando o contexto de educação formal, dentro de uma sociedade heteronormativa, a escola molda e deixa marcas nos corpos dos jovens, preconizando a heterossexualidade como regra, ao mesmo tempo em que pretendem retardar a experiência da sexualidade de forma geral. A vivência nesse espaço institucional pode interferir na compreensão de si e do mundo, na experiência da juventude, na sua eventual entrada no ensino superior e nas demais fases do seu ciclo vital (LOURO, 2016). Quando ingressam no ensino superior, muitos jovens carregam consigo ideias classificatórias e normatizadoras, admitindo a violência como forma de regular as expressões de gênero e sexualidade (NARDI et al, 2013).

Considerando que as universidades brasileiras fazem parte de uma sociedade heteronormativa, este artigo avalia em que medida a proposta pedagógica do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS), uma modalidade de ensino superior interdisciplinar e de formação geral, contempla o debate sobre os direitos humanos com enfoque para as expressões de gênero.

Método

Esse estudo, de natureza descritiva, desenvolveu-se no âmbito de uma abordagem qualitativa. Neste tipo de pesquisa, os dados são coletados no ambiente do participante, no contexto em que a situação ocorre, privilegiando os significados que os participantes atribuem ao fenômeno e exigindo do pesquisador um trabalho importante de busca de literatura e de esforço interpretativo (CRESWELL, 2010).

Os dados foram coletados a partir da análise documental e da realização de entrevistas visando enriquecer a discussão e a análise dos dados. A análise documental foi realizada a partir do Projeto Pedagógico do Curso e as entrevistas foram realizadas com a coordenadora do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e com uma docente do curso que, em 2014, era presidente do núcleo responsável pela revisão do projeto pedagógico do BIS.

Cabe destacar que o projeto pedagógico de um curso do ensino superior apresenta como intenção “projetar, lançar, orientar, dar direção às ideias e aos processos pedagógicos alicerçados nas reflexões e ações do corpo docente” (GUIMARÃES et al, 2009, p. 5314) apoiados em conceitos estruturantes de flexibilização e autonomia acadêmica, possibilitados a partir de um currículo interdisciplinar (GUIMARÃES et al, 2009).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em análise está disponível no site da universidade para consulta e foi desenvolvido inicialmente em 2009, quando da implantação do curso, e revisado nos anos subsequentes para adequações. Para a presente apreciação, foi utilizada a versão mais recente disponível do PPC publicada em 2014.

As entrevistas foram realizadas a partir da perspectiva compreensiva (KAUFMANN, 2013), registrada em áudio e transcrita na íntegra com o objetivo de investigar a realidade da estruturação e o funcionamento do BIS, estabelecendo relações entre o que está registrado no PPC e a compreensão da coordenadora e da docente sobre a compatibilidade entre documento e sua execução. Por último, ressaltamos que o compromisso ético foi garantido, sendo a entrevista realizada após compreensão e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido bem

como o respeito ao aspecto voluntário da participação das entrevistadas na pesquisa. Os nomes utilizados para se referir às entrevistadas são fictícios, garantindo a confidencialidade de suas identidades.

Resultados e Discussão

O projeto do referido curso intitulado “Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS)”, foi desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) da universidade. Ele possui 143 páginas e apresenta a estrutura proposta para funcionamento do curso em diferentes esferas, englobando desde os princípios norteadores e a base legal, perfil do egresso, elenco dos componentes curriculares bem como infraestrutura e recursos humanos.

Cabe destacar que o PPC foi construído inserido na realidade de implementação do Programa de apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007 e que apresentava como objetivos, dentre outros, a ampliação de vagas de acesso e permanência no ensino superior bem como a elevação da qualidade do ensino, incluindo melhorias na estrutura física e em recursos humanos (BRASIL, 2007b). O referido PPC, em sua apresentação, discute também as práticas de saúde pautadas pelo modelo biomédico e o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) que, por conta das reformulações de saberes e práticas, demandam uma revisão na formação dos profissionais que irão atuar nos diferentes espaços de atenção à saúde (UFRB, 2014).

Para atingir tais ideais, a UFRB propõe uma estrutura curricular denominada Regime de Ciclos, em que o BIS se apresenta como um primeiro ciclo de formação geral, com o objetivo de superar uma atenção exacerbada no caráter profissionalizante da graduação, desenvolvendo as potencialidades dos estudantes. Assim, o regime de ciclos “orienta uma formação que visa habilitar o estudante à busca de soluções, capacitando-o ao contínuo exercício de aprender a aprender durante e por intermédio de seu percurso acadêmico” (UFRB, 2014, p. 2).

Com a revisão do PPC do BIS, a formação universitária se pauta em um modelo integrado, interdisciplinar, modular e flexível. Assim, a proposta visa ultrapassar alguns desafios para atuação dos profissionais de saúde no Brasil, integrando ensino com pesquisa e extensão, colaborando para uma formação não tecnicista, valorizando o conhecimento do dia a dia, bem como a compreensão de aspectos pertinentes à contextos culturais nacionais e regionais (UFRB, 2014).

A partir das entrevistas realizadas fica evidente que as docentes concordam que o PPC é extremamente importante para a estruturação, organização e funcionamento do curso. Como Mônica afirma: “Ele é o norte (...) tanto da organização como dos princípios, de toda orientação epistemológica, pedagógica, do curso. É ele que estrutura e organiza e confere o espírito do curso”. A entrevistada Isabela adiciona que ele é “um projeto filosófico, político, de orientação das práticas pedagógicas para o desenvolvimento, realização, execução prática e teórica de um curso”. Sobre a mesma temática, Silva (2004, p. 16) destaca que um projeto político pedagógico deve ser considerado “uma proposta de ação político-educacional e não como um artefato técnico”.

Esses princípios e propostas de superação de uma formação tecnicista se coadunam com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH) que orientam que o ensino superior deve formar cidadãos éticos e comprometidos, além de auxiliar na construção de uma sociedade mais justa, baseada no respeito e na promoção dos Direitos Humanos (Brasil, MEC/CNE, 2012). Desse modo, uma formação que privilegie o conhecimento e a apreensão da realidade de forma complexa, com valorização dos aspectos culturais, também auxilia na formação de cidadãos.

Silva (2013) aponta que o espaço acadêmico visa o desenvolvimento de competências técnicas, atreladas à profissão, bem como as aptidões políticas, contribuindo para a humanização e o desenvolvimento do respeito ao direito de todos(as). A partir dessas características, a educação em direitos humanos se torna um pilar fundamental para a consolidação dessas competências, entretanto, não foram encontradas referências à educação em direitos humanos em todo o texto do PPC.

Ao emprendermos a busca sobre o uso do termo “Direitos humanos” é encontrado menção, na estrutura curricular de formação geral, apenas no componente “Violências, ética e cultura da paz” que não aborda diretamente as discussões sobre gênero, mas aponta para uma convergência com o que preconiza as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos sobre a promoção da cultura da paz, comprometida com “a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência” (BRASIL, 2012, p. 2). Além dele, nos itinerários específicos, encontramos o termo no componente curricular “Direitos humanos e políticas públicas” que compõe o itinerário formativo para o curso de Psicologia e no componente “Fundamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Direitos Humanos à Alimentação Adequada” que, por sua vez, faz parte do itinerário formativo para o curso de Nutrição.

As entrevistadas, por sua vez, acreditam que há uma deficiência no debate sobre direitos humanos no BIS, como é exemplificado por Mônica:

“Não. O direito humano, ele está mais presente no itinerário formativo de psicologia e aí está localizado no de psicologia e nutrição. (...) Mas essa discussão ela não está, (...) não necessariamente sendo o foco (...) [Ela] entra muito mais de uma forma sequencial quando você estuda as condições da população que sofrem discriminação, preconceito e os considerados grupos das minorias (...)”

Sobre essa questão, Isabela acredita que uma discussão mais aprofundada sobre os Direitos Humanos “(...) é uma ausência. Aí eu acho que direitos humanos é um componente que também, a gente teria que pensar como componente obrigatório”. Essa possibilidade levantada pela entrevistada é prevista no DNEDH, já que a inserção da Educação em Direitos Humanos pode ser efetivada tanto de forma transversalizada, quando disciplinarmente, ou ainda, de ambas modalidades, de forma mista (Brasil, MEC/CNE, 2012).

Apesar da ausência do debate da Educação em Direitos Humanos tanto na construção quanto nos componentes curriculares no BIS, podemos estabelecer uma correlação com as temáticas se considerarmos que o texto do PPC destaca como uma das suas bases legais o Relatório da Conferência Mundial do Ensino Superior (UNESCO, 1999) e apresenta, entre as características esperadas de pessoas diplomadas no ensino superior, a “sensibilidade social e aptidão para a comunicação”. Assim, apesar de não mencionarem as DNEDH, a atenção para questões sociais e culturais parecem ser garantidas.

No mesmo contexto, o documento também prevê como objetivo do bacharelado, “promover a produção de conhecimentos e práticas interdisciplinares no campo da saúde, permitindo ao bacharel escolhas profissionais maduras, conscientes e sensíveis à realidade social” (UFRB, 2014, p. 23), ao mesmo tempo em que prevê o desenvolvimento de modelos de formação que garantam a atuação dos egressos frente a “desafios da realidade política, econômica e social” (UFRB, 2014, p. 24). Sobre o respeito à diversidade, o PPC preconiza que o discente irá interagir com diferentes grupos sociais, estando aberto a intercâmbios, compartilhando e respeitando singularidades, desenvolvendo habilidades para construir seus saberes e para lidar com outros indivíduos.

Assim, mesmo que não sejam citadas as DNEDH ou se debata a Educação em Direitos Humanos, o PPC prevê uma formação atenta às demandas bem como as múltiplas realidades em diferentes contextos, assim como o respeito à diferença e à diversidade, o que, apesar de não estar expresso de forma clara, pode estar atrelado ao respeito às diferentes expressões de gênero e sexualidade.

Sobre essas temáticas, as entrevistadas possuem pontos de vista que se coadunam, apesar de apresentar algumas diferenças. As temáticas de gênero e sexualidade, para ambas, são discutidas nos componentes do BIS, como exemplifica Mônica,

“em diferentes componentes curriculares. Isso ocorre no semestre que a gente chama de UPP [Unidade de Produção Pedagógica], né, nessa UPP se apresenta um componente que se chama Estudos em Saúde Coletiva, que é um componente que apresenta o campo da Saúde Coletiva para o estudante, e dentro da apresentação deste campo, estão todas as questões estruturantes no debate da saúde coletiva. E dentre essas questões, está o gênero, a sexualidade, estudos das minorias, de todas as minorias, né? Portadores de deficiência, pessoas com deficiências; enfim, uma série de discussões. Isso entra na discussão das políticas de promoção à saúde; e aí vai se estudar as políticas específicas para esses grupos. E também no componente, no quarto semestre, que é o componente Saúde, Cuidado e Qualidade de Vida, já com a discussão da diversidade e as desigualdades também são pautadas e aí, essa discussão também é bem apresentada e debatida com os estudantes. Além disso, nos temos uma preocupação de os componentes optativos possam também debater essa discussão, debater esses temas; e aí nós temos alguns componentes optativos que trabalham com essas temáticas.”

Entretanto, vale ressaltar que, na opinião de Isabela, apesar dessas discussões serem presentes em todo o itinerário formativo, em um momento posterior de revisão, seria importante inserir um componente específico e de natureza obrigatória que abarcasse a discussão de forma mais apropriada. “Então, não temos, por exemplo, um componente dentro da matriz obrigatória, que de fato, tenha esse escopo importantíssimo que, hoje se a gente fosse fazer uma outra reforma, é necessário pensar isso”.

Nesse ponto da entrevista, vale ressaltar que a docente relata que no momento de revisão do PPC em 2014, ela ainda estava em fase de “assunção”, ou como destaca, “eu ainda tava assumindo-me fantasiado de masculino, me considerando uma pessoa... me apresentando ainda uma pessoa cisgênera heterossexual, né? Ainda sou heterossexual, mas não sou cisgênera, né?”. A professora, mulher transgênera, destaca que no momento dessa revisão, “a minha maturidade teórica, epistêmica e experiencial sobre gênero era muito rasa, era quase insuficiente”. No processo de aprofundamento dos conhecimentos sobre as discussões de gênero e sexualidade por conta de um dos componentes que ministra, a docente afirma “eu começo a repensar o gênero e começo também a encontrar a discussão da transgenaridade, que aí eu falo que eu sou trans, e eu me descubro, me encontro, me desabrocho trans”.

É interessante destacar que, ao assumir a importância de se discutir as temáticas de gênero e desigualdades em um componente, a docente vivencia uma experiência pessoal concomitante com o processo de desenvolvimento acadêmico, o que impacta na sua forma de estar e de pensar

conteúdos prevalentes dentro de contextos de saúde. Sobre essas vivências, Leite (2016) discute a importância das experiências individuais e coletivas que desabrocham no ambiente acadêmico e que impactam o estudante de forma positiva, afinal, é no espaço universitário que o estudante terá contato com temas múltiplos, costumes diversos, conhecerá pessoas novas com pontos de vistas divergentes do seus e desenvolverá autonomia e autoconfiança.

Essa convivência com a diversidade também é destacada no PPC quando analisamos os princípios norteadores do BIS. No tópico “Responsabilidade social e cidadania” encontramos que o estudante

assume o homem como ser histórico e social, fundado na sua relação de pertencimento ao mundo e de interinfluência de diferentes tipos de fenômenos, sendo capaz de interagir de modo reflexivo, criativo e consciente com a realidade social e natural (UFRB, 2014, p. 15).

O trecho destacado acima aponta para a potencialidade de uma formação ética, pautada nas ideias da educação em Direitos Humanos, reconhecendo a diversidade e combatendo qualquer forma de discriminação. Entretanto, alguns aspectos devem ser questionados no corpo do texto do PPC em análise.

Em primeiro lugar, o documento utiliza o termo “homem” para se referir a todas as pessoas em sociedade apresentando o uso de uma linguagem sexista em um documento que direciona a estrutura de um curso de formação ampla como o BIS. O Governo do Rio Grande do Sul elaborou, em 2014, um documento que versa sobre o uso do sexismo na linguagem e aponta que

a linguagem sexista, utilizada de forma irrestrita, impõe-nos que o masculino (homem) é empregado como norma, ficando o feminino (mulheres) incluído como referência ao discurso masculinizado (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARAMULHERES, 2014, p. 14)

Quando questionada sobre o uso dessa terminologia, Isabela destaca que

“o termo homem, nesse sentido, é historicamente da dominação masculina. Então mulher... e tem todo o histórico da mulher não poder fazer parte da própria constituição do pensamento e do conhecimento, então o conhecimento historicamente foi produzido por homens, agora com a revolução feminista, né, a mulher começa a fazer parte, então vamos chamar de revolução trans, né? Movimento trans pra gente começar a fazer também parte dentro desse processo de produção de conhecimento”.

Dessa forma, podemos sugerir que, para a melhor efetividade de um ensino não sexista e não pautado no uso da palavra “homem” como norma, sejam utilizados termos não restritivos, o que, como destacado pela entrevistada, redefina um histórico de dominação masculina e amplia a

construção de pensamento e de conhecimento incluindo mulheres bem como pessoas que se reconhecem trans, ou mesmo sem gênero definido ou gênero fluido.

A equidade de gênero na linguagem só será garantida a partir do momento em que se repensar a forma como o tema é tratado nos ambientes educacionais, hoje disseminadores da dominação masculina nos discursos, principalmente quando não identificado o sexo da pessoa a quem se refere (BRASIL, 2014, p. 14)

Destacamos ainda que o termo “gênero”, não relacionado a questões de gênero textual, foi encontrado em apenas um ponto do PPC, na ementa do componente curricular “Saúde, Cuidado e Qualidade de Vida”, que apresenta a seguinte ementa:

Estudos sobre representações e práticas em saúde/doença; Socioantropologia do corpo, da saúde, da doença e da morte; Experiência da enfermidade; Itinerários terapêuticos: cuidado, cura e assistência; Integralidade e humanização do cuidado; Interface entre o processo saúde-doença-cuidado e fenômenos sociais contemporâneos: racismo, violência, relações de gênero, múltiplas sexualidades e desigualdades (UFRB, 2014, p. 78, grifo nosso).

Esse componente, em especial, é ministrado pela docente Isabela que, como discutido acima, ao aprofundar seus conhecimentos sobre as temáticas experiencia uma trajetória pessoal de expressão da sua transgeneralidade, enriquecendo esse processo de desenvolvimento bem como expandindo os espaços de discussão sobre o tema nessa universidade.

Além disso, ao realizarmos uma busca no documento, encontramos o uso do termo “sexual” no trecho que versa sobre as competências e habilidades, preconizando que o estudante deve “reconhecer e respeitar a diversidade de aspectos sociais, culturais e físicos de indivíduos e comunidades, combatendo quaisquer formas de discriminação sexual, étnica e social, valorizando a vida em uma lógica de inclusão social” (UFRB, 2014, p. 28, grifos nossos).

O que podemos inferir, a partir da escolha das palavras nos grifos destacados, é que o termo “sexual” se refere em todo o texto às manifestações de gênero e sexualidade, não havendo uma diferenciação clara sobre os termos. Sobre essa distinção, Olinto (1998) afirma que o uso da palavra “gênero” estaria relacionado ao sistema de relações nas quais estão inclusas o sexo, mas que não se restringem à diferenciação biológica. Assim, o termo sexo designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos (OLINTO, 1998, p. 162).

Dessa forma, podemos perceber que o PPC carece de uma revisão do ponto de vista linguístico, visando uma melhor adequação aos termos escolhidos para as temáticas de gênero e sexualidade, evitando o uso de termos restritivos bem como o uso de não diferenciações que podem

confundir as conhecidas diferenças entre o gênero e a sexualidade. Tal percepção se assemelha com o que foi apresentado por Isabela ao dizer que, a partir de sua revisão sobre os conceitos construídos nos estudos de gênero, amplia sua compreensão sobre as temáticas, complexificando um conhecimento que até então seguia uma lógica binária. Esta visão vai ao encontro do que afirma Chnaiderman (2014, p. 9) que “debruçar-se sobre as novas sexualidades no mundo de hoje é tarefa mais do que necessária. É preciso coragem e abertura para o que não cabe nos padrões instituídos”. Portanto, os estudos sobre a sexualidade e o gênero carecem de uma visão ampliada que não se restrinja às questões meramente biológicas bem como que ultrapassem uma visão binária de um mundo desenhado em opostos: homem/mulher, heterossexual/homossexual.

Conclusões

A análise do PPC nos permite refletir que, apesar do BIS possuir uma proposta de formação geral, que respeita a complexidade da vida em sociedade e suas demandas, uma nova revisão do PPC deveria abarcar uma maior presença da Educação em Direitos Humanos bem como de componentes específicos para o debate sobre as temáticas de gênero e sexualidade, discussões essas que perpassam todos os contextos de saúde.

Além disso, o texto do projeto carece de revisão quanto ao uso do termo “homem” bem como em relação aos conceitos de “gênero” e “sexo”. Ao mesmo tempo, as ementas dos componentes que compõe a estrutura do BIS, com carga horária total prevista entre componentes obrigatórios, optativos, eletivos e atividades completares de 2.531h, só utilizam os termos gênero e direitos humanos em apenas quatro deles não contemplando os dois termos em um mesmo componente.

As entrevistas realizadas apontam para o reconhecimento de que gênero e direitos humanos são discutidos de uma forma ampla, com espaço para discussões complexas, atentas às diferentes realidades sociais e culturais nas quais as pessoas se inserem, entretanto, carecem de maior aprofundamento. Bem como, para uma das entrevistadas, de uma maior visibilidade na organização dos componentes e itinerários formativos.

A partir do exposto, podemos perceber que, como afirma Veiga (2004, p. 15), um projeto está relacionado ao futuro, constitui “uma antecipação, uma visão prévia. Nesse caso, é o futuro que deve orientar e conduzir nossa ação presente”. Em seguida, essa mesma autora adiciona que um projeto é “um possível a se transformar em real”. A partir disso, o PPC do BIS pode ser examinado

como um projeto em construção que carece de constantes atualizações e questionamentos. Assim como quando foi construído e revisado em 2014, apontamos aqui potencialidades e novos desafios para uma formação geral e complexa como um Bacharelado Interdisciplinar, atenta ao futuro.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007a. 76p.

BRASIL. DECRETO 6.096 de 24 de abril de 2007b. Dispõe sobre a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Recuperado em 23 de maio, 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.

CHNAIDERMAN, Miriam. Os mil sexos de corpos inventados. In: Coelho, Maria Thereza Ávila Dantas; Sampaio, Liliana Lopes Pedral. Transexualidades: um olhar multidisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2014.

CRESWELL, J.W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERRARINI, N.; CAMARGO, D. O sentido da Psicologia e a formação do psicólogo: um estudo de caso. *Psicologia & Sociedade*; 24(3): 710-719, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem e entende. Rio Grande do Sul: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014.

GUIMARÃES, I. P.; SILVA, A. C. R. da; GOMES, S. M. da S.; SLOMSKI, V. G.; ARAÚJO A. M. P. de. Uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do estado da Bahia. In: X CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGOPORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 2009. *Anais...* Universidade do Minho, 2009.

KAUFMANN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LEITE, Rita de Cássia Nascimento. A formação de si (Bildung) do estudante universitário. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia. Salvador, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: Louro, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NARDI, H.; MACHADO, P.; MACHADO, F.; ZANEVICH, L. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria e Sociedade*, n. 21.2, julho-dezembro, 2013.

OLINTO MTA. Reflexões sobre o uso de gênero e/ou sexo em epidemiologia: um exemplo dos modelos hierarquizados de análise. *Revista Brasileira de Epidemiologia.*; 1(2): 162-9, 1998.

SILVA, Aida Maria Monteiro (org.). Educação superior: espaço de formação em Direitos Humanos. São Paulo: Cortez, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS). Santo Antônio de Jesus, 2014.

VEIGA, Ilma Passos. Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico. São Paulo: Papyrus, 2004.